

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCH
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – DCS



Layssa Aragão Braz

**PARTICIPAÇÃO EM ESPAÇOS DELIBERATIVOS FORMAIS: DISPUTA E
DISSENSO SOB A ÓTICA DE PRÁTICAS DISCURSIVAS NO ÂMBITO DO CMDRS
DE VIÇOSA/MG**

Julho/2016

**PARTICIPAÇÃO EM ESPAÇOS DELIBERATIVOS FORMAIS: DISPUTA E
DISSENSO SOB A ÓTICA DE PRÁTICAS DISCURSIVAS NO ÂMBITO DO CMDRS
DE VIÇOSA/MG**

Layssa Aragão Braz

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da
Universidade Federal de Viçosa como parte das exigências para a
obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Rennan Lanna Martins Mafra (DCM/UFV)

**PARTICIPAÇÃO EM ESPAÇOS DELIBERATIVOS FORMAIS: DISPUTA E
DISSENSO SOB A ÓTICA DE PRÁTICAS DISCURSIVAS NO ÂMBITO DO CMDRS
DE VIÇOSA/MG**

Layssa Aragão Braz

Orientador: Prof. Dr. Rennan Lanna Martins Mafra (DCM/UFV)

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa como parte das exigências para a obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais.

Aprovador por:

Prof. Dr. Rennan Lanna Martins Mafra (DCM/UFV)

Prof. Dr. Fabrício Roberto Costa Oliveira (DCS/UFV)

Me. Cátia Meire Resende (UFV)

Viçosa/MG – Brasil

Julho de 2016

FICHA CATALOGRÁFICA

DEDICATÓRIA

“Happiness is only real when shared”

Jon Krakauer

Mãe e Pai, minhas conquistas serão sempre suas.

AGRADECIMENTOS

Mais do que uma profissão, a Universidade Federal de Viçosa me ofereceu um crescimento pessoal único e marcas inesquecíveis de uma das melhores fases da minha vida. Agradeço aos meus pais, Alberto e Francis, pelo apoio incondicional e por sempre me lembrarem o quanto sou amada. Vocês me ensinaram limites, mas também que é possível superá-los.

Aos meus amigos, parceiros dessa jornada incrível, que em sua beleza de espírito transformaram a distância de casa menos amarga, tornando-se, assim, minha família também.

A todos os mestres que se importaram em formar mais do que uma cientista social, mas um indivíduo de caráter e ciente de seu papel social, excepcionalmente ao Rennan Lanna Martins Mafra pelas múltiplas oportunidades de crescimento acadêmico e, sobretudo, por acreditar em mim.

A cada representante do CMDRS por me mostrar uma realidade até então distante: o meio rural. Cresci em uma cidade maior, minha querida Vitória do Espírito Santo, e vocês me ajudaram a desconstruir meu lugar de fala ao mostrarem a beleza das diferentes formas de significar o mundo.

Por fim, a Deus por sempre me mostrar o poder de uma oração.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
REALIDADE EMPÍRICA E OBJETIVOS.....	4
ESTADO DA ARTE.....	5
ABORDAGEM E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	7
REFERENCIAIS CONCEITUAIS.....	13
RESULTADOS DE PESQUISA.....	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	31
ANEXO I.....	33

1. Introdução

A institucionalização de Conselhos gestores de políticas públicas foi um mecanismo para promover a reforma democrática brasileira. Com a Constituição de 1988, observou-se a necessidade de incorporar grupos sociais outrora negligenciados, de modo que a discussão acerca da participação social agora era central, assim como a reivindicação de políticas públicas próprias para o debate, a expressão e a intervenção dos agentes sociais. O Estado brasileiro, então, visualizou nas esferas locais - municipais e estaduais - a possibilidade de ampliação da cidadania. Os Conselhos locais foram interpretados, assim, como possíveis espaços de democratização e diálogo entre sociedade civil e Estado. Ainda, a proximidade com os atores sociais e problemas permitiria melhor captação e resposta aos interesses e demandas sociais. O meio rural também não ficou alento a esse fenômeno. O surgimento de conselhos faz parte de uma tendência que se materializa sobretudo a partir da implantação de políticas públicas voltadas para o campo, a partir da década de 1990.

Para contextualizar os Conselhos no meio rural, faz-se necessário uma breve descrição dos objetivos gerais do Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - . A criação do Programa foi um marco para o meio rural brasileiro, que viu, assim, suas necessidades e reivindicações reconhecidas pelo Estado; o agricultor familiar, então, foi incorporado na esfera das políticas públicas. A ampliação do Pronaf - que antes se limitava à linha de crédito - para a linha Infra-estrutura e serviços era uma aposta no fortalecimento da agricultura familiar e seu potencial produtivo. Perceber os agricultores como peças-chave na formulação, gestão e avaliação das políticas públicas era, pois, essencial para alcançar os objetivos do Programa:

"Segundo o Manual Operacional do Pronaf (...) Seu objetivo geral consiste em fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar; contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares." (SCHNEIDER, 2009, p. 24)

Nesse ínterim, os CMDRs - Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural - foram lançados pelo Pronaf (outras políticas públicas também tiveram conselhos, saúde e educação, por exemplo) como os instrumentos canalizadores desses objetivos. Os

Conselhos visam estender a democracia pela concessão de autonomia, para que os agricultores familiares coordenem os recursos e orientem as iniciativas locais. Assim, os conselhos municipais supostamente privilegiam a voz desses agentes sociais, para que possam intervir nas políticas locais de desenvolvimento rural. Espera-se também estimular a participação política na expectativa de proporcionar, gradualmente, emancipação aos agricultores familiares. Os Conselhos gestores de políticas públicas tem como aspecto principal, portanto, a incorporação de grupos sociais no debate político.

O CMDRS de Viçosa/MG, localizado na Zona da Mata mineira, por sua vez, integra os agricultores familiares – quatorze representantes, um para cada comunidade e/ou associações de comunidades rurais (Cristais, Macena, Paula, Silêncio, Duas Barras, Córrego do Engenho, Cascalho, Santa Tereza, Pau de Cedro, Associação Comunitária de Desenvolvimento rural Córrego Fundo, Associação de Agricultores Familiares do Córrego São João no Município de Viçosa (Estiva e Setores), Associação de Desenvolvimento Comunitário Desejo de Vencer da região de Vista Alegre (Paiol), Associação de moradores do Córrego São Francisco, Conselho de Desenvolvimento de Comunidades dos Nobres e Sindicato dos Trabalhadores Rurais) e quatorze instituições (Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, EPAMIG / CTZM, IMA, EMATER-MG, UFV, Legislativo Municipal e IEF), totalizando vinte e oito assentos, de modo a promover o diálogo, acordo e deliberação.

É pertinente, pois, problematizar, de forma inovadora, a realidade participativa formal delineada pelos conselhos gestores, já tradicionalmente debatido e estudado com base na teoria democrática participativa e deliberativa, como Silveira Junior¹ que analisou o Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas enquanto a agente de revigoração da democracia deliberativa e também o notório estudo de Sérgio

¹JUNIOR, Olney Bruno da Silveira. **O fortalecimento da democracia deliberativa por meio dos conselhos gestores**: o caso do Conselho Municipal de Educação do município de Poços de Caldas. 2009.

Schneider², que manifesta uma preocupação quanto às condições de igualdade social por meio de um projeto de desenvolvimento rural com base na produção familiar.

Dessa forma, contrariando a democracia deliberativa, o arcabouço conceitual das propostas da democracia radical e da teoria do discurso, protagonizadas por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, trazem outras possibilidades analíticas ao estudo da democracia no meio rural, uma vez que tomam o dissenso como inerente, e necessário, à política. Ainda, discute-se o dissenso, observado à luz de Jacques Rancière, que o tem como procedimento fundamental para a política, pois expõe as fragilidades do arranjo político e as possibilidades de irromper um discurso hegemônico.

Nesse sentido, é relevante questionar o CMDRS e seu projeto democrático enquanto espaço de racionalidade pública (Habermas, 1996) e pensar a construção de uma legitimidade democrática a partir de novas perspectivas, baseadas em um olhar mais concreto para uma realidade que traz, em si mesma, um contexto de disputa, de produção de discursos hegemônicos e de mecanismos de deslegitimação democrática, dentro das práticas argumentativas e deliberativas propostas. Ainda, problematizar aspectos comunicacionais e interacionais, a partir da teoria do discurso, mostra-se fundamental para compreender aspectos da participação no cenário formal do CMDRS e suas consequências para a ampliação – ou não – de práticas cidadãs aos sujeitos rurais. É possível verificar, portanto, lacunas nas atuais discussões acerca dos conselhos gestores, de forma que a proposta desta monografia se mostra pertinente para ampliar a reflexão no âmbito referido.

Nesse sentido, o tema dessa monografia visa problematizar e compreender o espaço deliberativo formal do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural no contexto de Viçosa, sob a inspiração da teoria do discurso e da democracia radical corrente, protagonizados sobretudo por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, em que o conflito e a disputa pelo poder são temas centrais no debate político e não podem ser desprezados em detrimento de uma neutralidade e racionalidade almejadas pelo viés deliberativo. Na teoria do discurso, então, a questão do poder, junto ao discurso, é fundamental e compõe as relações sociais (Mendonça, 2009), de maneira que o poder e

² Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil / Organizadores Catia Grisa [e] Sergio Schneider. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

o dissenso – este trazido pela perspectiva de Jacques Rancière – são intrínsecos à natureza política (Mouffe, 2000).

É preciso, portanto, avaliar o que é e como se dá a democracia em contextos de disputa, na medida em que a sociedade é resultado de uma tensão irreconciliável entre grupos diferentes e que se articulam para acessar o poder. Levanta-se também a hipótese de que conforme a relação que os representantes possuem com o Estado, as possibilidades de dissenso, próprias da política, como apontados por Mouffe (2000), podem ser ameaçadas por uma espécie de diplomacia deliberativa, que tende a prejudicar o lugar de igualdade do sujeito.

3. Realidade empírica e objetivos

A chance de estudar o meio rural me foi possibilitada em 2013 através do grupo de pesquisa COPRATICAS (Comunicação, Democracia e Práticas Sociais), em que iniciei como voluntária e posteriormente como bolsista de extensão, com o apoio do Programa Nacional de Extensão Universitária (PROEXT) e, em seguida fui vinculada como bolsista de iniciação científica com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), finalizada em fevereiro de 2014. Durante essa experiência pude acompanhar reuniões do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável, o que desenvolveu em mim interesse e questionamentos sobre como as estruturas sociais e políticas daquele contexto operam a participação e a deliberação, na presença de um cenário plural entre agricultores familiares e instituições. Nesse período, pude problematizar alguns receios acerca do exercício prático das propostas de uma democracia deliberativa, a partir de dados coletados pelo grupo de pesquisa COPRATICAS, no estudo *Participação de sujeitos rurais e ideologia em espaços deliberativos formais: a construção de um horizonte explicativo para problematização do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Viçosa/MG*, cujo regime³ interno propõe

“O desenvolvimento rural sustentável do município, assegurando a efetiva e legítima participação das comunidades rurais da discussão e elaboração do plano municipal, de

³Regime Interno. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Viçosa – MG. Lei nº2.081/2010. Art. 2º, parágrafo primeiro.

forma que este contemple ações de apoio e fomento a produção e comercialização de produtos da agricultura familiar e da reforma agrária (...)

A presente monografia pretende, nesse sentido, é mais um desdobramento desta valiosa e fecunda experiência, em termos pessoais e acadêmicos, e que tem como *objetivo geral* identificar a relação entre comunicação e construção democrática no meio rural, a partir de tensionamentos e de conflitos engendrados por práticas discursivas, junto aos processos participativos desencadeados no cenário do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Viçosa-MG. Ademais, seus *objetivos específicos* aspiram investigar como se comunicam os agentes sociais na arena formal de deliberação do CMDRS e como constroem os processos de participação e decisão sob a lógica da teoria do discurso, identificar como a emergência do dissenso e do conflito, a partir de práticas comunicativas, apresentam-se frente à instituição de novas práticas institucionais e de novos processos de distribuição ou de retenção do poder por meio de mecanismos participativos do CMDRS e, também, problematizar a expressão de sujeitos rurais e a possibilidade de a participação ampliar horizontes de sentido ao próprio meio rural, a partir de práticas articulatórias e discursivas engendradas no espaço participativo do CMDRS.

4. Estado da arte

De forma a situar o debate aqui proposto, foi realizado uma breve pesquisa⁴ de estudos científicos publicados em qualificados periódicos brasileiros e estrangeiros circunvizinhos ao problema, no intervalo dos últimos cinco anos. Os trabalhos encontrados foram sistematizados em três abordagens gerais.

A primeira linha temática concentra os estudos sobre conselhos gestores e participação. As discussões aqui avaliam o exercício deste espaço sob diferentes aspectos, como importante ferramenta democratizante e motivadora da participação social, avaliando possibilidades e limites (Almeida e Tatagiba, 2012; Gurgel e Justen, 2012; Salles et al, 2013; Sipioni e Silva, 2013), por exemplo, o potencial participativo nos conselhos gestores de saúde (Júnior e Gerschman, 2013) e de assistência social (Kleba et al, 2015). O tema é palco para discussões de gênero, como o questionamento

⁴Plataforma Portal de Periódicos Capes

acerca da representação política das mulheres (Lüchmann, 2010). Ainda, para o exame de práticas metodológicas de apoio à participação no âmbito dos Conselhos (Mucci e Mafrá, 2016). A relevância destes trabalhos é inquestionável, pois permite significativa reflexão política sobre sociedade e Estado, no entanto, tais estudos partem do ponto de vista da deliberação, e não problematizam o âmbito participativo formal sob outras óticas para além da democracia deliberativa.

A respeito, chega-se à segunda abordagem: democracia radical e teoria do discurso no contexto dos conselhos gestores. Uma vez que não existem estudos e pesquisas voltados a problematizar os espaços deliberativos formais sob tal abordagem, o conjunto de estudos que trata sobre democracia radical levanta um debate na ciência política a partir do ponto de vista teórico, interrogando o emprego da noção, seus mecanismos de operacionalização e também como possível resposta ao futuro dos direitos (Mendonça, 2003; Chambers, 2004; Laggett, 2013). Como tema contemporâneo, a discussão ainda reflete a teoria do discurso no contexto da era digital, analisando o cidadão tecnológico e suas implicações políticas (Dahlberg, 2010). Entretanto, o conjunto de estudos e pesquisas presentes nessa abordagem não estabelece aproximações entre teoria do discurso e âmbitos participativos formais, como é o caso dos conselhos gestores de políticas públicas.

Por fim, a terceira abordagem observa os conselhos sob o viés da ideologia. Nesse escopo, é possível encontrar a articulação entre participação e ideologia aplicada a diferentes abordagens, como o questionamento da cultura política brasileira por meio, por exemplo, da ideologia patrimonialista e Estado autoritário, o Estado Democrático de Direito e participação popular e, inclusive, considerações acerca dos conceitos de Lois Althusser para reafirmar a formação ideológica marxista (Oliveira, 2010; Carmo, 2011; Cesário e Almeida, 2010); dessa maneira, portanto, é possível identificar um hiato da abordagem no âmbito dos conselhos, uma vez que existem, por um lado, estudos entusiastas (embora críticos) que apostam na análise da participação pela lente teórica da democracia deliberativa e de discursos racionais; por outro, há estudos críticos que evidenciam a presença do poder e da ideologia nos espaços participativos. Contudo, faltam estudos que contemplem uma aproximação entre poder, ideologia e discursos em âmbitos formais participativos, tarefa que esta monografia pretende iniciar no debate acadêmico.

Assim, para além dos pertinentes estudos supracitados, este trabalho propõe problematizar, de forma inovadora, a realidade participativa formal delineada pelos

Conselhos, tradicionalmente debatida e estudada com base na teoria democrática participativa e deliberativa, por meio da proposta da democracia radical e teoria do discurso, bem como pela proposta da polêmica, do dissenso e da desigualdade, empreendida por Jacques Rancière.

5. Abordagem metodológica

A fim de questionar a expressão dos sujeitos rurais e as possibilidades de participação, e de investigar como os agentes sociais se comunicam e produzem os processos de participação e decisão, bem como a emergência do conflito e dissenso por meio de práticas comunicativas se manifestam ante à instituição de novas práticas institucionais e de novos processos de distribuição ou de retenção do poder mediante mecanismos participativos do CMDRS, o estudo fora guiado pela abordagem metodológica apresentada a seguir, a fim de identificar conceitos e categorias de análise.

Desse modo, é importante destacar, em primeiro lugar, que teoria do discurso não se apresenta enquanto fórmula para solucionar problemas, mas sim como uma lente de aumento para investigação do complexo social e político, através dos seus elementos de análise. A partir daí é possível, então, que seus desdobramentos especulativos encontrem um fio condutor para uma análise profícua, em nosso caso, do espaço político formal do CMDRS. Dentre as abordagens metodológicas para se estudar o discurso, adotou-se a “Análise Política do Discurso” (GLYNOS et al, 2009) como a mais adequada, dado o cenário em que a pesquisa se insere.

A análise política do discurso, assim, apresenta uma dimensão ontológica que tem por finalidade captar a relevância acerca da natureza da subjetividade e agenciamento, das relações sociais, suas estruturas e interações. Desta forma, os teóricos dessa abordagem se opõem a princípios essencialistas de caracterização do social que, ao fixar sentidos, limitam sua constituição. Laclau e Mouffe (1985), portanto, evidenciam a condição contingente da vida social e a primazia do poder e da política em sua composição, evidenciando o quanto “instituições como estados ou redes de governança podem ser conceituados como sistemas mais ou menos sedimentadas do discurso, isto é, sistemas parcialmente fixados de regras, normas, recursos, práticas e subjetividades que estão conectadas de formas particulares.” (GLYNOS, 2009, p.8). A

partir desses pressupostos, a análise política do discurso investiga o discurso a partir de problemas específicos em contextos específicos, na medida em que “tomando seus principais objetos de investigação, práticas ou regimes de práticas, o objetivo da análise política do discurso é criticamente explicar suas transformações, estabilizações e manutenções. ” (*idem*, p.10.). Ainda, a análise política do discurso busca entender a lógica por trás de uma prática, buscando não só caracterizá-la, mas também revelar sua condição de existência, que se dá pela articulação entre demandas sociais e projetos políticos, de modo que a articulação é o conceito-chave para o vínculo entre categorias teóricas e fenômenos empíricos.

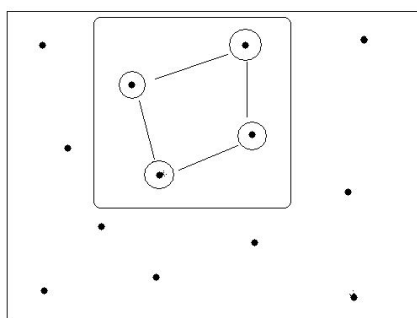
O nosso horizonte de análise, isto é, nossos procedimentos metodológicos, portanto, é um recorte que se desenvolveu no contexto do CMDRS, em especial no acompanhamento das reuniões mensais no período de 2013 à 2014, partindo da observação participante empreendida com o auxílio do Formulário para Registro das Reuniões do CMDRS, desenvolvido no projeto financiado pela FAPEMIG – Fortalecimento cívico e aprimoramento da participação de comunidades rurais junto ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) de Viçosa/MG, a fim de identificar e examinar o conjunto de práticas ali produzidas, apoiando-se em questões sugeridas pelo método da análise política do discurso, como “*Quais as origens desses discursos em particular? Como são caracterizados e sustentados? Como e quando podem ser mudados?*”. A análise política do discurso, então, aponta para o discurso quase como um enigma a ser revelado, buscando avaliar que ou quais práticas estão mascaradas e suas dinâmicas. Portanto, a fim empreender a conexão entre teoria e prática, foram identificadas categorias para realização de uma análise política do discurso.

Nesse sentido, a discussão é refinada por Laclau e Mouffe ao introduzirem categorias fundamentais de análise, são elas *articulação ou práticas articulatórias, discurso, elementos, momentos e pontos nodais*:

vamos chamar de *articulação* qualquer prática que estabeleça uma relação entre os elementos de tal forma que a sua identidade é modificada como resultado da prática articulatória. A totalidade estruturada resultante da prática articulatória, vamos chamar de *discurso*. As posições diferenciais, na medida em que elas aparecem articuladas dentro de um discurso, vamos chamar de *momentos*. Por outro lado, vamos chamar *elemento* qualquer diferença que não é discursivamente articulada. (LACLAU E MOUFFE, 1985, p. 105)

De modo didático, Ferreira (2011) ilustra no esquema⁵ a seguir, em que cada ponto é um *elemento* e são “as diferenças sociais que não estão articuladas discursivamente” (idem, p.16); os pontos dentro do círculo, quando articulados num discurso, tornam-se *momentos*; as linhas que ligam os momentos são as *articulações*; o resultado de todo esse movimento é o *discurso*:

Figura 1 – Esquema teoria do discurso



Fonte: FERREIRA, 2011, p.16

É importante notar que a transição de *elementos* em *momentos* nunca é completa, isto é, “a articulação de um momento num discurso, não impede sua articulação em outro discurso; desta maneira ele seria o mesmo elemento, entretanto teria sua natureza modificada de acordo com a articulação com outras identidades na formação de cada discurso” (idem, p.16), por isso a contingência e fixação parcial dos sentidos. Apesar desse sistema inacabado, as formações e as identidades sociais são possíveis em razão do conceito de *pontos nodais*, que são significantes privilegiadas ou pontos de referência em um discurso que amarram um sistema particular de significado ou “cadeia de significação”. Desta forma, a articulação consiste “na construção de pontos nodais que fixam parcialmente o sentido” (LACLAU E MOUFFE, 1985, p.113).

O conflito, por sua vez, pode ser desvendado a partir de noções como *hegemonia*, *pluralismo agonístico* e *campo da discursividade*, na medida em que oferecem uma reflexão oportuna para nosso trabalho. Dessa maneira, a hegemonia, ou a ordem hegemônica, parte de um discurso centralizador, isto é, um ponto nodal, e é um

⁵ “Esse gráfico foi elaborado pelo Professor Dr. Joaílido Albuquerque Burity, em sala de aula, durante o curso de Estruturalismo e Pós-estruturalismo, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, no primeiro semestre de 2009.” (FERREIRA, 2011, p.16)

discurso que sistematiza as diferenças e identidades, representando então um discurso de unidade, na medida em que liga partes (discursos) até então dispersas. Já que, então, aglutina sujeitos e grupos com diferentes significações, é possível reconhecer a hegemonia discursiva como "um lugar vazio, o que significa foco de incessantes disputas entre os múltiplos discursos dispersos no campo da discursividade." (MENDONÇA, 2003, p.160). Nesse sentido, *hegemonia* se assemelha à *discurso*, na medida em que os dois fixam *elementos* em *momentos*, mas a fixação da hegemonia se dá através da colisão de discursos, em que "um discurso é prejudicado pelo campo discursivo, a partir do qual um outro discurso tenta dominá-lo, ou melhor, dissolvê-lo, por meio da rearticulação dos seus elementos." (JORGENSEN & PHILLIPS, 2002, p.48)

O *pluralismo agonístico*, por sua vez, é um modelo que enfatiza a importância de se reconhecer a dimensão conflitual da política, invertendo a legitimidade democrática deliberativa. Ao invés do poder argumentativo pautado pela racionalidade pública em busca do consenso, como procedimento principal a fim de tornar os processos legítimos, pois é precisamente na mobilização do dissenso e das paixões, em prol dos propósitos democráticos, que encontramos tal licitude política, de modo que "longe de pôr em risco a democracia, a confrontação agonística é, de fato, sua condição de existência." (MOUFFE, 2005, p.21)

No que concerne ao *campo da discursividade*, este conceito concentra todas as possibilidades que o discurso descarta. É uma reserva de significados que fazem ou já tiveram sentido em outras práticas articulatórias, mas são excluídos em algum discurso específico a fim de criar uma unidade. Desta forma, o campo da discursividade representa também a contingência de um discurso, uma vez que "sua unidade de sentido está em perigo de ser corrompido por outras formas de fixar o significado dos sinais" (JORGENSEN & PHILLIPS, 2002, p.27)

6. Procedimentos metodológicos

6.1 A pesquisa documental

A operacionalização metodológica da análise política do discurso, após a escolha das categorias teóricas, também se deu pelo procedimento investigação documental, no âmbito de consulta às atas formais das reuniões do CMDRS, redigidas durante cada

reunião pela secretária do conselho, cargo hoje assumido pela EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais.

6.2 A observação participante⁶ (notas pessoais; formulários; resultados finais grupo de pesquisa)

Além da investigação documental, a análise política do discurso também foi operacionalizada pela observação participante. A fim de apreender aspectos ligados à participação, foi feito um formulário de análise das reuniões (em anexo), desenvolvido pelo grupo de pesquisa COPRÁTICAS, que, apesar de precisar ser aperfeiçoado, mostrou-se útil e ofereceu condições de buscar dados para análise no âmbito dos espaços deliberativos formais constituídos pela participação social. Ainda, o grupo de pesquisa tentou registrar seus dados por meio de gravações, no entanto, diante do veto dos conselheiros, esse formulário foi uma tentativa de apreensão de aspectos ligados à participação, utilizado aqui também para traçar um quadro comparativo, dentre os conceitos e categorias supracitados, com as atas.

O formulário em questão foi desenvolvido para ser preenchido pelos pesquisadores nas reuniões do Conselho, dividindo-se em três partes. Na primeira, buscou-se registrar a presença dos representantes das comunidades rurais na reunião observada (qual comunidade, qual tipo de representante – efetivo, suplente ou informal). Em seguida, avaliou-se o comportamento do conselheiro durante a reunião, no que se refere a aspectos como concentração, permanência na sala de reunião e integração com outros conselheiros. Depois, avaliou-se a participação do conselheiro durante o debate (se houve posicionamento crítico e se tal foi tematizado publicamente). Por fim, registra-se se as propostas do conselheiro foram encaminhadas e/ou acatadas pelos participantes da reunião, e se constam formalizadas em ata. Na segunda parte, o formulário pretendeu registrar a condução do debate, e abre espaço para registrar se houve desigualdades deliberativas em torno de questões controversas, se houve constrangimentos e se houve cumprimento da pauta, bem como registro em ata. Na

⁶Citando o texto “Metodologias geradas e/ou aperfeiçoadas” do relatório final do projeto de pesquisa *Fortalecimento cívico e aprimoramento da participação de comunidades rurais junto ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) de Viçosa/MG*, o qual a aluna esteve vinculada.

última parte, o formulário buscou registrar a presença dos representantes das instituições na reunião, assim como seus modos e conteúdo de manifestação durante a reunião. Em vista disso, a partir desse material, foi possível reunir informações que serão utilizadas em nossa análise.

Os formulários, então, tiveram grande valor na construção e organização da observação participante. O percurso da observação participante, é válido ressaltar, foi construído ao longo de todo período enquanto participante do COPRATICAS – tempo considerável para o processo de reflexão, desde o primeiro contato com o debate político promovido pelo CMDRS até o questionamento de tal prática. A conduta assumida por mim, para fins de observação, aproxima-se, de forma breve, ao método que o antropólogo Magnani⁷ chamou de “*de fora e de longe*” e “*de perto e de dentro*”. Em linhas gerais, uma análise “*de fora e de longe*” aponta para uma reflexão estrutural no sentido de uma totalidade, em que os agentes sociais ficam ausentes nesse procedimento. Por outro lado, a perspectiva “*de perto e de dentro*” coloca novos paradigmas de análise na medida em que assume os agentes sociais, oferecendo outros ângulos de observação, já que a sociedade é constituída e construída por diferentes práticas.

Desse modo, ao longo da trajetória no projeto de pesquisa, a primeira perspectiva se apresentou na identificação dos objetivos gerais do CMDRS – participação e deliberação dos agricultores familiares junto às instituições, estruturados no modo como as reuniões mensais deveriam ocorrer: pautas colocadas em debate para que representantes dialoguem e deliberem num espaço livre e neutro. A segunda perspectiva, por sua vez, foi possibilitada pela minha inserção nessas reuniões. Ainda que de modo observante, estar ali em contato direto com os representantes me permitiu olhar para aquela realidade sob outros ângulos, mas, claro, reconhecendo os limites que a presença de um pesquisador provoca no ambiente estudado. Estar “*de dentro e de perto*”, portanto, revelou dinâmicas muitas vezes distantes dos pressupostos de um olhar distante, como a supressão do agenciamento político de representantes rurais e discursos em conflito. Longe de representar uma dicotomia, no entanto, as duas

⁷ MAGNANI, José Guilherme C. “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 17 nº 49, 2002.

perspectivas operam num movimento dialético, como pude constatar em cada reunião, isto é, uma dinâmica contraditória e inacabada entre uma estrutura total e estruturas construídas a partir de práticas dos agentes sociais.

Desta maneira, as informações coletadas foram aproveitadas desde o início, oferecendo indícios das possíveis problematizações daquele cenário, passando pela escolha do aporte teórico com base nesses sinais, até a utilização dos mesmos para fins de análise, correlacionando teoria e prática. É apropriado dizer, ainda, que o material fornecido pela participação observante não se esgota aqui, já que sua análise por meio da teoria do discurso oferece um amplo horizonte investigativo.

7. Referencias conceituais

7.1 Pressupostos da democracia deliberativa

Os objetivos gerais pretendidos pelo CMDRS de Viçosa/MG são os ideais de produção do desenvolvimento sustentável e fortalecimento cidadão, construídos numa arena participativa e deliberativa baseada em princípios da democracia deliberativa, como os procedimentos da racionalidade pública, isto é, oferecer um espaço neutro e livre de hierarquias sociais, como cortes de classe. Uma vez, então, proposta uma alternativa mais palpável a contextos do dissenso nos espaços democráticos, é interessante uma revisão dos pressupostos deliberativos, posto que são exatamente a oportunidade de questionamento do modelo fomentado neste trabalho.

Chantal mouffe (2000), à vista disso, propõe um projeto político, o pluralismo agonístico, a partir do confronto teórico às correntes deliberativas de democracia apontados por Rawls e Habermas. De modo geral, assemelham-se nas tentativas de agregar soberania popular e instituições liberais, apoiadas em uma racionalidade normativa. Os valores liberais, é válido notar, apresentam relevância nesse modelo democrático, de modo que pretende “recuperar sua dimensão moral e estabelecer uma ligação estreita entre os valores liberais e da democracia” (MOUFFE, 2000, p.84). Além disso, também concordam que é possível assentar a legitimidade política em formas de uma racionalidade pública, concebido por Habermas como “racionalidade comunicativa”, em que o processo de deliberação se realiza na condição de discurso ideal, isto é, indivíduos em condições iguais trocam argumentos racionais, guiados pelo

princípio da imparcialidade. Ainda que haja obstáculos, todavia, os “procedimentos da deliberação asseguram a imparcialidade, igualdade, abertura e ausência de coerção.”⁸ (*Idem*, p.89)

Nesse sentido, entende-se que o processo público deliberativo é necessário para a democracia, a fim de que decisões não sejam meramente impostas aos cidadãos, faz-se indispensável, pois, empoderá-los do instrumento deliberacional. No processo deliberativo é fundamental que os interesses e razões desses cidadãos sejam testados em arenas públicas antes de uma decisão; esse debate direciona os argumentos e justificativas das opiniões para os interesses públicos, “em termos de uma razão em que todos poderiam concordar” (BOHMAN, 1996a, p. 6). Assim, uma decisão coletiva pautada por razões públicas, pode ser considerada democrática, na medida em que “este modelo de processo democrático implica vários ideais normativos para as relações e disposições de partes deliberar, entre elas a inclusão, igualdade, razoabilidade ou racionalidade e publicidade.”⁹ (YOUNG, 2010, p.23). Esse é um processo, portanto, de diálogo livre em que os cidadãos dão e recebem razões públicas e que, ainda que não sejam convincentes, haverá consideração para com suas opiniões. Diferente de teorias que restringem a deliberação a grupos de interesses, como a de Joseph Schumpeter¹⁰, o direcionamento de razões a um público diverso em um espaço de diálogo é uma vantagem sob o ponto de vista deliberacionista.

Segundo a maioria dos defensores da democracia deliberativa, a tomada de decisão política é legítima na medida em que suas políticas são produzidas em um processo de discussão pública e debate, em que os cidadãos e os seus representantes, indo além do mero interesse próprio e pontos de vista limitado,

⁸ "Provided that the procedures of the deliberation secure impartiality, equality, openness and lack of coercion."

⁹ "This model of democratic processes entails several normative ideals for the relationships and dispositions of deliberating parties, among them inclusion, equality, reasonableness, and publicity"

¹⁰ "A democracia não significa nem pode significar que o povo realmente governa em qualquer dos sentidos tradicionais das palavras povo e governo. A democracia significa apenas que o povo tem oportunidade de aceitar ou recusar aqueles que o governarão." (SCHUMPETER, 1961, p.339)

refletem sobre o interesse geral ou sobre seu bem-comum. (BOHMAN, 1996b, p. 5, tradução nossa)¹¹

Nesse sentido, democracia e deliberação estão articuladas a fim de localizar no debate público a legitimidade democrática. Para teóricos da democracia deliberativa, mesmo em sociedades pluralistas e complexas, a autonomia e a soberania dos cidadãos são possíveis; há, portanto, a aposta e a "valorização dos processos de decisão coletiva que possibilitam reflexão e debate e, em decorrência, melhoram a qualidade das decisões." (CUNHA, 2009, p. 76).

7.2. Pluralismo agonístico: um projeto político

Desta forma, Chantal mouffe (2000) propõe um modelo político, o pluralismo agonístico, partindo de contraposições aos modelos deliberativos de democracia apontados por Rawls e Habermas. A semelhança entre as abordagens está na tentativa de conciliar soberania popular e instituições liberais, a partir de uma racionalidade normativa. É interessante notar o lugar de relevância que os valores liberais assumem nesse projeto democrático, pois o objetivo é "recuperar sua dimensão moral e estabelecer uma ligação estreita entre os valores liberais e da democracia" (MOUFFE, 2000, p.84), de maneira que "seu movimento consiste na reformulação do princípio democrático da soberania popular, de modo a eliminar os perigos que esta poderia representar para os valores liberais". (*idem*, p.84). Ainda, para James Bohman (1996), que parte do pressuposto habermasiano para democracia deliberativa, decisões públicas devem ser construídas com a participação de todos, na medida em que um discurso construído coletivamente produz resultados mais justos e racionais, de forma que a democracia deliberativa, assim, produz um discurso ético, neutro e livre do poder, promovendo um consenso a todos do fórum público. Na teoria do discurso, em contrapartida, a questão do poder, junto ao discurso, é central e compõe as relações

¹¹"According to most proponents of deliberative democracy, political decision making is legitimate insofar as it's policies are produced in a process of public discussion and debate which citizens and their representatives, going beyond mere self-interest and limited points of view, reflect on the general interest or on their common-good"

sociais (Mendonça, 2009), de maneira que o poder e o dissenso são intrínsecos à natureza política (Mouffe, 2000). É preciso, portanto, avaliar o que é e como se dá a democracia em contextos de disputa, na medida em que a sociedade é resultado de uma tensão irreconciliável entre grupos diferentes e que se articulam para acessar o poder.

Uma vez que a sociedade está circunscrita no território polissêmico de valores, alcançar o modelo que os teóricos da democracia deliberativa perseguem se torna incerto. A proposta do modelo em questão fecha as portas para a contestação, o que Mouffe (2005) refuta, pois, "o domínio da política não é um terreno neutro que poderia ser isolado do pluralismo de valores" e que "ao privilegiarem a racionalidade (...), deixam de lado um elemento central, que é o papel crucial desempenhado por paixões e afetos na garantia de fidelidade e valores democráticos" (MOUFFE, 2005, p.17). Aqui, a legitimidade democrática é invertida: ao invés do poder argumentativo imparcial e neutro, isto é, a racionalidade pública, como procedimento essencial para tornar os processos legítimos, é justamente na mobilização das paixões em prol dos propósitos democráticos que encontramos tal licitude política. Desta forma, Mouffe propõe uma alternativa ao modelo ora apontado e lança as bases de um modelo agonístico de democracia:

De acordo com Chantal Mouffe (...) alguns teóricos da democracia liberal tentam resolver o pluralismo social em uma unidade política de modo que subordina a expressão a um conjunto excessivamente racionalista dos requisitos normativos e, assim, teoriza de forma que antagonismo e contestação são endêmicos para o processo de políticas democráticas. (YOUNG, 2010, p.49).

Considerar a impossibilidade de suprimir o poder e o antagonismo no sistema democrático é a originalidade da reflexão em Laclau e Mouffe (1985), que assim desenham um projeto de democracia radical. Mouffe (2003) dentro desta análise e de maneira complementar, descreve o modelo por ela chamada de "pluralismo agonístico". Antes de apresentar as especificidades do modelo, é importante expor a diferença que a autora traz entre "o político" e "política", respectivamente, um se refere aos antagonismos intrínsecos às sociedades, o outro ao conjunto de práticas e discursos que visam instaurar uma ordem que, sempre passível de conflitos, é afetada pela dimensão do "político". Outra distinção relevante é entre o "antagonismo" e o "agonismo", encarados como tipos de relações políticas: este como uma relação entre adversários e

aquele entre inimigos. Para Mouffe, é essencial transformar o antagonismo em agonismo, já que esse deslocamento traz mudanças no modo de se pensar a política democrática, pois implica dizer que acordos são possíveis, na medida em que não existe um inimigo a ser destruído, mas “alguém com cujas ideias iremos lutar, mas cujo direito de defender tais ideias não vamos questionar” (MOUFFE, 2003, p.16).

É preciso, portanto, compreender a cidadania através do olhar agonístico, em que o único consenso existente corresponde aos princípios éticos e políticos de uma democracia pluralista. Desta forma, para Mouffe,

O modelo de ‘pluralismo agonístico que estou defendendo assevera que a tarefa primária da política democrática não é eliminar paixões nem relegá-las à esfera privada para tornar possível o consenso racional, mas para mobilizar aquelas paixões em direção à promoção do desígnio democrático. Longe de pôr em perigo a democracia, a confrontação é sua condição de existência. (*Idem, p.16*)

A perspectiva, conseqüentemente, revela-se de fundamental importância para a política democrática, pois ao abrir espaço para o dissenso assume os limites, como a exclusão, da mesma, ao invés de tentar encobri-los à sombra da racionalidade.

Em vista disso, a *teoria do discurso* convida entender o social enquanto uma construção discursiva, isto é, é possível apreender os fenômenos sociais a partir dos mecanismos que o discurso oferece. O debate aqui proposto se dá sob a luz da teoria do discurso, em específico desenvolvido por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe em *Hegemony and Socialist Strategy – Towards a Radical Democratic Politics* de 1985, em que fazem uma reflexão sobre um conjunto de questões acerca do social, significados/sentidos e do político, conciliando e modificando importantes tradições, como o estruturalismo e o marxismo.

O estruturalismo oferece uma teoria do significado, protagonizado, sobretudo, pelas ideias de Saussure, em que apresenta a estrutura da linguagem (*langue*) como “a rede de sinais que dá significado um para o outro e é fixada e imutável.” (JORGENSEN & PHILLIPS, 2002, p.9)¹². Laclau e Mouffe, enquanto pós-estruturalistas, questionam essa fixidez e estabilidade dos sentidos, afirmando que o estruturalismo se tornou “uma

¹² “The network of signs that give meaning to one another, and it is fixed and unchangeable.”

nova forma de essencialismo: uma busca por estruturas subjacentes que constituindo uma lei inerente de qualquer variação possível. ” (LACLAU & MOUFFE, 1985, p.113, tradução nossa)¹³. Sustentam, assim, que não há um sistema geral de sentidos, mas vários esquemas discursivos cujos sentidos podem mudar, já que são estruturas contingentes.

O materialismo histórico, introduzido por Karl Marx, é uma abordagem-teórico metodológica que analisa a vida social a partir da interação entre estrutura e superestrutura, compreendendo a sociedade a partir das suas condições materiais. A estrutura é a economia, as condições materiais e a posse dos meios de produção; na superestrutura estão localizados o estado, a escola e todos os meios de produção de significado na sociedade, produzindo uma ideologia que ratifica o sistema. Uma vez que a estrutura é o alicerce da superestrutura, o cerne da sociedade, ou seja, como ela se organiza e seus fins, é a economia; os indivíduos nesta sociedade capitalista, o operariado em especial, tem sua consciência “moldados pela ideologia, eles não podem ver através disso e para os seus interesses - eles sofrem de falsa consciência.” (JORGENSEN & PHILLIPS, 2002, p.31, tradução nossa)¹⁴. Nesse sentido, para o materialismo histórico, a economia determina a sociedade, cujos únicos processos importantes só ocorrem nesse plano, e a divide em duas classes: proletariado e classe dominante. A crítica tecida por Laclau e Mouffe é em cima desses argumentos, outro essencialismo – isto é, restringir dinâmicas sociais, econômicas etc à apenas um recorte de análise –, uma vez que reduzem os arranjos sociais e como se dão a uma questão de classe, cujo pano de fundo último é econômico. A tradição marxista é alterada pelos autores, então, ao observar que a sociedade não deve ser pensada objetivamente e circunscrita integralmente na dinâmica de classes, e ao inferir que aquela é produto de processos discursivos, na medida em que a sociedade é “nossa tentativa de fixar o significado da sociedade, não é um fenômeno objetivamente existente. ”¹⁵ (*idem*, p.34).

¹³ “A new form of essentialism: a search for the underlying structures constituting the inherent law of any possible variation”

¹⁴ “Shaped by ideology, they cannot see through it to their interests – they suffer from false consciousness”

¹⁵ “Our attempt to pin down the meaning of society, not an objectively existing phenomenon.”

A partir da desconstrução dessa teoria, Laclau e Mouffe entendem os fenômenos sociais como totalmente discursivos, portanto podem ser analisados utilizando ferramentas analíticas do discurso. É interessante dizer, antes de entrar no plano mais analítico da proposta em questão, que os autores não reduzem tudo à linguagem, o que seria outra forma de essencialismo, e argumentam sobre o caráter material de toda estrutura discursiva, pois

a prática de articulação, como a fixação / deslocamento de um sistema de diferenças, não pode consistir de fenômenos puramente linguísticos; mas deve perfurar toda a densidade do material das instituições variadas, rituais e práticas através do qual uma formação discursiva é estruturada. ¹⁶ (LACLAU & MOUFFE, 1985, p.109), tradução nossa¹⁷

Dando continuidade à percepção dos fenômenos sociais enquanto discursos e a incontestância e reprodução dos significados, Laclau e Mouffe ampliam o debate e observam que essas características são também atribuições políticas. Política, na teoria do discurso, é um conceito amplo que se refere ao modo como o social é constituído, incluindo determinados arranjos/sentidos e excluindo outros. Política, nesse sentido, é a organização da sociedade e seleciona meios para seu funcionamento em detrimento de outros, logo, são sentidos que muitas vezes entram em conflito, a fim de que suas formas particulares de organização sejam favorecidas no arranjo social. Por outro lado, existem discursos tão cristalizados nas práticas sociais que alternativas quase não se manifestam. Esses discursos bem consolidados, ou sistemas sedimentados do discurso, são chamados de *objetivo*. Entre o conflito e a objetividade, é possível abordar o

¹⁶Por exemplo, o *estudante*, no contexto de Viçosa e em específico do estudante da Universidade Federal de Viçosa – UFV, é visto como um grupo que difere em muitas formas de outros grupos, como os naturais de viçosa e/ou estudantes de outras instituições, e é uma diferença para além da estabelecida linguisticamente: são também constituídos materialmente enquanto grupo, pois tem seus espaços físicos específicos, como o *campus*, que é uma característica física parte do discurso sobre os estudantes da UFV no contexto da cidade.

¹⁷ "The practice of articulation, as fixation/dislocation of a system of differences, cannot consist of purely linguistic phenomena; but must instead pierce the entire material density of the multifarious institutions, rituals and practices through which a discursive formation is structured. "

conceito de *hegemonia*, pois se um conflito político se desdobra em um discurso fixo, foi através de intervenções hegemônicas, isto é, sentidos alternativos que foram suprimidos para que outros fossem fixados. A noção de *poder* está ligada aos conceitos anteriores, pois a “objetividade social é constituída por meio de atos de poder” (MOUFFE, 2005, p.19), e não pode ser considerado como externa às relações sociais e suas disputas de sentidos, como os pressupostos habermasianos separam esse vínculo, pois o poder é a própria identidade dos mesmos.

Os atores sociais, por sua vez, nesse contexto de disputa, têm suas posições enquanto sujeitos sempre determinadas pelos discursos, ou seja, de acordo com a posição que ocupam em um discurso, espera-se que os indivíduos correspondam às expectativas de comportamento. Recordando o caráter temporário de todo discurso, a posição do sujeito, uma vez determinada pela posição discursiva, é também aberta e não pode ser estabilizada num sistema (p.115). Na qualidade de grupo, os indivíduos são interpretados pelas mesmas noções, somando-se ao caráter político na medida em que a construção da identidade, que se realiza por meio dos pontos nodais de identidade, de um grupo se dá na exclusão de outras possibilidades, inclusive na supressão de diferenças dentro do próprio grupo. Ao considerar o traço político da posição dos sujeitos, é possível observar que “A construção das posições do sujeito e, portanto, identidades, é então é um campo de batalha onde diferentes constelações de elementos lutam para prevalecer”¹⁸ (JORGENSEN & PHILLIPS, 2002, p.47, tradução nossa).

7.3 Antagonismo e Hegemonia

Em síntese, o debate aqui proposto desloca alguns entendimentos no âmbito da prática política em contextos deliberativos, tais como o CMDRS, de forma que a teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, desenvolvida em *Hemony and Socialist Strategy – Towards a Radical Democratic Politics* (1985), justifica a importância dessa reflexão.

É importante dizer, sobretudo, que a teoria do discurso abre novas bases para se examinar o complexo social a partir da perspectiva das ordens discursivas, incorporando

¹⁸“The construction of subject positions and hence identities, then, is a battlefield where different constellations of elements struggle to prevail.”

as categorias discurso e poder como pontos-chave nesta discussão. Laclau e Mouffe, portanto, ampliam a compreensão do social e entendem que "o social é formado por uma infinidade de identidades, constituídas a partir das relações discursivas antagônicas, distintas do mero antagonismo de classe" (MENDONÇA, 2003, p.154). O lócus do social, portanto, se situa na lógica do discurso que, enquanto prática, é passível de diversas formas de significação advindas das ações humanas, pois estas, longe de ser um lugar vazio, são tomadas por conteúdos e acepções distintas e antagônicas. É possível deduzir, portanto, que a sociedade não é capaz de alcançar uma plenitude e menos ainda razões universais, e no que compete o político, a emancipação "entendida como a libertação completa de todas as amarras sociais, é um sonho, um ideal, um horizonte, ao mesmo tempo em que é uma impossibilidade fática." (*Idem*, p.157).

Delineando em traços mais gerais e analíticos - para melhor apreensão da teoria e posterior desenvolvimento em nossa discussão -, "o discurso é um complexo de elementos dados a partir de um conjunto de relações" (Ferreira, 2011, p. 14) e sua construção gira em torno dos seguintes mecanismos: elementos, momentos, pontos nodais e práticas articulatórias, explorados com mais cuidado na metodologia. De modo breve, os elementos são identidades distintas e dispersas na sociedade que, em determinado contexto, unem-se em torno de um discurso comum, um elemento articulador (ponto nodal), tornando-se momento; a prática articulatória, por sua vez, é a organização arquitetada por esse momento em volta de um ponto nodal.

Mobilizar a teoria do discurso levanta outra questão central, veiculada à categoria poder, neste raciocínio: a questão da hegemonia. A hegemonia, ou a ordem hegemônica, parte de um discurso centralizador, isto é, um ponto nodal, e é um discurso que sistematiza as diferenças e identidades, representando então um discurso de unidade, na medida em que liga partes até então dispersas. Já que então aglutina sujeitos e grupos com diferentes significações, Laclau observa a hegemonia discursiva como "um lugar vazio, o que significa foco de incessantes disputas entre os múltiplos discursos dispersos no campo da discursividade." (MENDONÇA, 2003, p.160). A lógica discursiva, portanto, é precária e contingente, ou seja, afixa e imprevisível, e também perpassa pelo critério antagônico. O antagonismo - melhor apreciado a seguir com Chantal Mouffe (2005) - na dinâmica discursiva, por sua vez, impossibilita um discurso absoluto, pois sempre haverá um discurso antagônico impedindo sua completa constituição. A discussão até aqui levantada aproxima-se da abordagem de Jacques Rancière, pois apresenta ferramentas teóricas para repensar a racionalidade política

através do papel central do conflito em significar o mundo sensível e como os sujeitos o partilham ou não.

7.4 O *dissenso*

Para Rancière, o discurso predominante nos dias de hoje aproxima consenso à racionalidade política e ao fundamento da democracia, contudo, é necessário desconstruir tal pressuposto e para isso o autor faz algumas observações a seguir. A primeira delas aponta para a noção de adversário/oponentes vencidos fomentada pela ruína do bloco socialista (URSS) e vitória do bloco ocidental capitalista, que retira a ideia do projeto político enquanto uma escolha dentre um leque de alternativas. Ainda, o triunfo de um regime pautado pelo capital entende “sob o termo *consenso* a democracia é concebida como o regime puro da necessidade econômica” (RANCIÈRE, 1996, p.367). Essa primeira reflexão está próxima às definições de Chantal Mouffe para *antagonismo* e *agonismo*, conceitos-chave para sua proposta de um *pluralismo agonístico*, ou de uma democracia radical, em que a ideia de um inimigo a ser destruído deve ser erradicada, já que acordos são sim possíveis e o confronto é condição de existência à própria democracia. Também reconhece que o consenso, na democracia deliberativa habermasiana, é uma medida conciliadora da soberania popular e valores liberais, de modo que o último tem papel dominante.

Outra observação, é que é necessário repensar o papel da irracionalidade dos conflitos políticos para a própria constituição da razão política, fundada em termos consensuais, isto é, é preciso valorizar a diferença e o conflito e mais ainda reconhecer que “essas novas irracionalidades” e a definição de consensual da razão política são inseparáveis” (*idem*, p.368). A esse esforço reflexivo Rancière chama de *dissenso*, que “mostra as fissuras e fragmenta a ideia do grande corpo social protegido por certezas partilhadas e amplamente unido por princípios igualitários previamente acordados e quase nunca colocados à prova.” (MARQUES, 2011, p. 26)

Falar sobre o *dissenso* é tocar também, antes, em outros conceitos fundamentais no pensamento de Jacques Rancière, como *polícia* e *política*. A fim de superar a concepção de política para além de procedimentos formais de uma racionalidade pública – em termos habermasianos, uma esfera argumentativa imparcial e neutra –, a

noção de *polícia* ainda traz questões acerca de como o mundo sensível se compõe e está distribuído; como os sujeitos estão localizados na sociedade e suas atribuições, é, portanto, “a ordem do visível e do dizível que determina a distribuição das partes e dos papéis ao determinar primeiramente a visibilidade mesma das ‘capacidades’ e ‘incapacidades’ associadas a tal lugar ou a tal função.” (*idem*, p.372). Ao conceito de *política*, por sua vez, concerne todas as atividades que desestabilizam essa ordem policial, na medida em que reivindicam o pressuposto da igualdade – caráter hipotético por muitas vezes não estar assentada no esquema social – através do *dissenso*, “uma perturbação no sensível, uma modificação singular do que é visível, dizível, contável.” (*idem*, p.373). *Polícia* e *política*, portanto, “são duas formas de partilha da sensível que são opostas em seus princípios e constantemente entrelaçadas em seu funcionamento.” (MARQUES, 2013, p.119)

O *dissenso*, então, é a denúncia de que existem recortes e configurações diferentes do mundo sensível e se manifesta através do conflito, valendo ressaltar que não se caracteriza pela disputa de interesse, mas sobre os interesses em si e quem pode tomar parte deles. Ainda, é pelo *dissenso* que se dá a possibilidade de irromper e romper um discurso hegemônico que define quem pode ou não falar, o que é público e o que é privado e quais assuntos devem ou não ser tratados, revelando-se, a partir da prática do *dissenso*, enxergar mundos distintos. Nesse sentido, a ação da racionalidade política para Rancière está localizada nesses mundos paradoxais que se constroem em contornos diferentes do mundo sensível e as práticas do *dissenso* que trazem à superfície a possibilidade de enxergá-lo, pois “ela é a ação que constrói esses mundos litigiosos, esses mundos paradoxais em que se revelam juntos dois recortes do mundo sensível.” (RANCIÈRE, 1996, p.375). É essencial dizer também que no *dissenso* político não existe um lugar de diálogo previamente construído como previsto no modelo de racionalidade pública habermasiano; na cena do *dissenso*²⁰, isto é, na expressão do dano, existe sempre uma falta, algum elemento não está estabelecido, como um sujeito

²⁰“A ação de expressar o dano pode se configurar, primeiramente, como o momento em que se dá a formação do sujeito como interlocutor capaz de tornar objeto de debate aquilo que recrimina. Em seguida, como oportunidade de reinventar a cena comunicativa polêmica na qual os sujeitos tentam se inscrever, e como a oportunidade de enriquecer a linguagem que utilizam, de inverter papéis e até mesmo de silenciar os que geralmente falam para deixar falar aqueles que, a princípio, não teriam nada a dizer.” (MARQUES, 2013, p.141)

não considerado apto a falar, seja pelo seu lugar ocupado na sociedade ou pelos objetos que este sujeito traz para a cena que perturbam a ordem policial, de modo que

Rancière questiona a estrutura de um “mundo comum”, sustentado pela racionalidade, universalidade e consenso, para revelar que os sujeitos não se apresentam prontos como interlocutores de um debate, conscientes de sua fala e de seus posicionamentos em uma ordem discursiva, mas se tornam seres de palavra justamente nesses momentos em que se engajam em espaços de enunciação. (MARQUES, 2013, p.136)

De maneira que o contato entre mundos paradoxais, portanto, só se dá pela intervenção do conflito. A racionalidade dissensual, portanto, figura-se como procedimento vital para a constituição da política e o consenso, por outro lado, “suprime todo o cômputo dos não-contados, toda parte do sem-parte (...) o consenso então nada mais é do que a supressão da política.” (RANCIÈRE, 1996, p.379), na medida em que o procedimento consensual tende a objetivar e homogeneizar sujeitos e suas realidades plurais, suprimindo, assim, outras configurações do mundo sensível.

Os sem-parte, por sua vez, é um conceito também marcante nas considerações sobre o dissenso, são aqueles que seguem invisíveis e sem voz, os que “recusamos contar como pertencente à comunidade política, recusamos primeiramente ouvi-lo como ser falante. Ouvimos apenas ruído no que ele diz.” (*idem*, p.373). São sujeitos que não estão identificados à um grupo social específico, de modo que sua existência se dá pela manifestação do dissenso e questionamento dos lugares de fala que a polícia designa para cada um no corpo social. Os sem-parte, então, “devem preferencialmente ser vistos como uma metáfora que indica um intervalo na ordem existente de aparência, entre uma ordem já dada e outras configurações possíveis do espaço (...).” (MARQUES, 2013, p.131). As cenas do dissenso provocadas por eles, então, desafiam um mundo já dado, concebido como “comum”, e promovem alternativas de redistribuição do cenário social, fazem política na medida em que perturbam uma ordem hegemônica e apresentam novos contextos. A ação política do dissenso, nesse sentido, se dá pelo instrumento discursivo, por via de situações comunicativas:

A formação de cenas de dissenso requer, portanto, uma ação comum através da linguagem e da comunicação, de modo a promover não formas de “ser em comum” (que apagam ou incorporam diferenças), mas formas de “aparecer em comum”. Para que o outro seja percebido e registrado em um domínio

partilhado, ele precisa alcançar uma forma de registro no domínio público de visibilidade. (MARQUES, 2013, p.138)

A discussão levantada por Rancière não se trata de excluídos e incluídos na comunidade política, mas de como um modo de partilha do mundo pode tornar sujeitos invisíveis. O propósito da ação política portanto é “redefinir constantemente a instancia da vida comum através de um processo que mistura a expressão do dano (figura da divisão) e a verificação da igualdade. ” (MARQUES, 2013, p. 115). A expressão do dano é o momento em que o sujeito se posiciona como interlocutor, é uma manifestação política de questionamento da lógica policial de partilha do sensível e de seu lugar de igualdade; a partir dele é possível que o regime consensual de uma ordem hegemônica perceba como discurso a partilha dos sujeitos sem-parte, visto, antes do dano, apenas como um ruído.

8. Resultados de pesquisa

A partir de um horizonte teórico definido e dos mecanismos de apreensão de dados, foi possível incorporar os conceitos e categorias de análise na dinâmica das reuniões do CMDRS, ilustrado aqui por contextos específicos.

8.1 Disputa e aspectos da teoria do discurso de Laclau e Mouffe no espaço deliberativo do CMDRS

De acordo com o regime interno²¹ do CMDRS de Viçosa/MG, compete ao conselho

O desenvolvimento rural sustentável do município, assegurando a efetiva e legítima participação das comunidades rurais da discussão e elaboração do plano municipal, de forma que este contemple ações de apoio e fomento a produção e comercialização de produtos da agricultura familiar e da reforma agrária (...).

Dentre as ações de apoio e fomento à produção, cabe ao nosso propósito citar a Política de Mecanização Agrícola, que consiste na concessão de um trator pela Prefeitura aos produtores e também envolve “um trabalho de orientação técnica de

²¹Regime Interno. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Viçosa – MG. Lei nº2.081/2010. Art. 2º, parágrafo primeiro.

como se plantar, de orientação aos pequenos produtores de quais são as maneiras adequadas de se conseguir uma produtividade maior, de fazer correções adequadas ao solo” (SANTOS, 2014, p.23). A política em questão é pauta frequente nas reuniões, como mostrado em atas, sendo que as discussões giram em torno do aumento da produtividade com ênfase no fornecimento de insumos, de modo que questões ambientais, como a poluição de nascentes, preservação hídrica e agrotóxicos, por exemplo, são muitas vezes postergadas.

Ainda que algumas pautas fiquem relegadas ao segundo plano, como ambientais, existe no CMDRS várias pautas possíveis para o debate, como verificado em seu regimento interno, e que se localizam no jogo discurso enquanto *elementos* incorporados ao *campo da discursividade*. Os *elementos*, como já discutido, encontram-se dispersos no espaço do discurso, isto é, neles estão circunscritos interesses que não encontram uma via de acesso, um interesse em comum como meio a outros elementos. No entanto, quando estes elementos se alcançam, quando alguns aspectos semelhantes entre si colidem, ou seja, quando temos um *ponto nodal*, os *elementos* transformam-se em *momentos*. Estes, por sua vez, partem da identificação de pontos nodais, mas constroem-se enquanto um ato do discurso através de uma *prática articulatória*: a ação de sistematizar os *pontos nodais* e inseri-los no *discurso hegemônico*. Nesse sentido, os elementos que encontram sucesso dentro do CMDRS – passam pelas transformações acima citadas e atingem o discurso hegemônico – são aqueles que pertencem às lógicas da produtividade, à própria política de mecanização agrícola. Como fora por mim observado, a associação dos discursos sobre produção e eficiência se sobrepõe a outros temas, tornando-se hegemônicos, de maneira que outros discursos (como a sustentabilidade) fiquem muitas vezes aprisionados ao *campo da discursividade* ao longo das reuniões, ou seja, suprimidos, pois não conseguem se constituir enquanto uma prática articulatória e, portanto, não conseguem penetrar o discurso hegemônico. Em muitas reuniões que estive presente, não foi tarefa difícil identificar como as discussões giravam em torno, em grande parte, acerca de medidas de aumento da produtividade, como aumento da oferta de insumos a pedido dos próprios agricultores que, inseridos na lógica da produtividade, condicionam suas vidas para atender as demandas do mercado.

Embora discursos fiquem preteridos no *campo da discursividade*, isso não quer dizer que não podem em algum momento irromper a ordem hegemônica: na verdade, a

ordem está sempre sujeita às suas tentativas de infiltração e, até mesmo, rompimento do arranjo hegemônico. Esse movimento pôde ser notado em uma reunião ao final de 2014, em que a possibilidade de uma crise hídrica se instalar no município fora denunciada pela Campanha pelas Águas Contra o Mineroduto da Ferrous²².

Sobre essa situação, a presença do grupo na reunião do CMDRS não estava prevista, os porta vozes do movimento, alguns estudantes da Universidade Federal de Viçosa, chegaram após o início da reunião, pediram licença ao representante institucional que conduzia a reunião e um momento de atenção aos representantes. O grupo se apresentou bem articulado em seus argumentos, tom de voz calmo, linguagem clara e acessível e, ainda, fizeram uma apresentação em slide para melhor entendimento da situação em questão, continha também fotos da região e as possíveis áreas afetadas, e é interessante dizer que conseguiram traduzir os seus interesses em uma linguagem acessível, utilizando também situações familiares aos representantes das comunidades rurais para ilustrar as consequências da não adesão ao movimento. Os interesses do grupo vinculavam-se a questões ambientais que, de um modo geral, como mencionado acima, não faziam parte das discussões do CMDRS. Argumentaram acerca da poluição de nascentes e a irreversibilidade do processo, sobre o desmatamento compulsório e ainda as implicações produtivas e econômicas para a comunidade rural. Através de uma *prática articulatória* bem arquitetada, o grupo conseguiu, desse modo, sem muitos questionamentos, o apoio dos conselheiros e engajamento à causa.

Verificou-se, então, o movimento de um discurso até então esquecido no *campo da discursividade*, as questões ambientais, e seu êxito no rompimento de uma hegemonia vigente – produtividade sem, necessariamente, ponderar os desdobramentos acerca do meio ambiente e sustentabilidade –, respaldando também a ideia de fixação parcial dos sentidos levantada por Laclau e Mouffe, isto é, sentidos (como temas importantes ou não para o debate) nunca são completos, podendo sempre ser reconfigurados, assumindo lugar de hegemonia ou não. O grupo, portanto, despertou uma ação contra hegemônica ao trazer um discurso outrora rejeitado como o âmago da discussão.

²² Disponível em <http://campanhapelasaguas.blogspot.com.br/>. Acesso em: 5 de jun. 2016

Nesse sentido, foi possível identificar dois exemplos de articulação discursiva protagonizados por grupos com discursos e identidades antagônicos – o discurso da produtividade em oposição ao da relevância do meio ambiente em detrimento da produção –, com a intenção de fixar seus sentidos, isto é, assegurar uma hegemonia. Constatou-se também, ainda de acordo com os autores, como a *hegemonia* - ou discurso hegemônico – ordena e agrega diferenças, mas, ao mesmo tempo, funciona como um lugar vazio, já que as mesmas diferenças que a compõe podem, em outro momento, disputar o espaço de privilégio e ganhar outras dimensões significativas.

8.2 *O dissenso*

A partir do dissenso é possível avaliar, sob outras perspectivas, as possibilidades de rompimento com uma articulação hegemônica, por meio de questões como “como o sujeito muda o seu lugar de fala? Muda o contexto que ele está inserido? Muda a forma de configurar o mundo?”. Nesses termos, pude presenciar duas situações opostas que me permitiram introduzir o dissenso de Jacques Rancière nessa avaliação.

A primeira delas se insere num contexto de planejamento das demandas das comunidades rurais, para além de questões a respeito da produção, como a habitação rural. O representante institucional estava conduzindo a pauta com certo consentimento dos representantes rurais, contudo, ao tocar no tema da habitação rural e apontá-lo como objeto não prioritário, surgiu uma cena de contestação. Uma representante rural, discordando desse posicionamento, desestabilizou a cena ao impor sua voz e sua maneira distinta de partilhar aquele tema: expressou um dano ao se colocar como interlocutora na cena política. Por meio do dano, portanto, ela pôde questionar a lógica policial de partilha – aquela que estabelece os papéis de cada um na sociedade, inclusive os aptos e não aptos para o espaço político – ao verificar que um tema considerado por ela imprescindível estava sendo deixado de lado na discussão pública; verificou, portanto, uma desigualdade no modo de partilha daquele sensível, pois o modo de partilha hegemônico invisibilizou outras demandas. O *dissenso*, provocado pela *expressão do dano*, permitiu que uma representante construísse um lugar de fala a partir do momento em que se engajou comunicativamente, revelando as fissuras do esquema político ali inscrito. Válido ressaltar, também, a contradição do projeto político de uma democracia deliberativa presumida para aquele espaço formal do CMDRS, pois assume-

se a relevância do engajamento dos representantes nos assuntos políticos, mas, na prática, percebe-se a supressão de suas vozes pelo discurso hegemônico do mercado e técnico – constrangimento de falas pela hierarquização do discurso técnico sobre a sabedoria popular –, de modo que a validação de seu posicionamento se dá por meio da racionalidade do dissenso e da expressão do dano.

Por outro lado, constatou-se, em uma outra ocasião, um caso malsucedido de tentativa de um representante em se colocar como interlocutor político. O representante em questão manifestou desacordo com relação a discussões sobre a política de mecanização agrícola e, mesmo não detalhando com exatidão o que provocou a divergência, o que chamou muito a atenção foi como o seu lugar de fala foi rejeitado. O representante institucional, o qual o representante rural dirigiu sua fala, apenas acenou com a cabeça, num gesto que não se sabe em acordo ou desacordo, e prosseguiu com o debate, desconsiderando por completo aquele sujeito e sua capacidade de agente político. À luz de Rancière, o representante institucional - um representante da ordem policial – ouviu apenas “ruído” por colocar este representante como um sem-parte na comunidade política, um sujeito afônico para este tipo de debate em que apenas os aptos podem conduzir.

Ainda, as duas ocasiões descritas despertaram a seguinte pergunta: “porque um representante foi ouvido e outro não?”. Para isso, surgiu a hipótese, avaliando quem são essas pessoas e de qual lugar de fala elas partem, de que os representantes em questão tem experiências diferentes com a política. No primeiro caso, não era uma representante formal que falava, contudo, iniciou sua fala contando sua trajetória estreita com o debate público. Na época, inclusive, mantinha forte vínculo com movimentos sindicais, portanto a contestação de ordens hegemônicas era uma circunstância familiar, de modo que a ferramenta do constrangimento utilizada pela hegemonia – para fins de contenção do conflito – não reprimia sua voz. Em contrapartida, no segundo caso, o contato do representante com questões políticas se resumiam às reuniões mensais, que ainda assim não é possível precisar frequência assídua, de maneira que não possui um lugar pronto de interlocutor de um debate. A estrutura hegemônica, então, aproveita-se dessa fragilidade – gerada e sustentada por ela mesma – para retirá-lo da discussão pública.

9. Considerações finais

Por meio das teorias acionadas e dos contextos descritos, buscou-se nesta monografia repensar o projeto político do CMDRS que, uma vez assentado à luz de uma racionalidade pública, apresenta fissuras e contradições nas possibilidades reais de promoção da inclusão e agenciamento dos sujeitos rurais daquele contexto participativo e representativo.

Na contramão, então, de uma democracia deliberativa que preconiza o consenso, o debate proposto pretendeu inserir o conflito e como se desenvolve por meio de práticas discursivas como ponto central na manutenção da estrutura política, tanto pelo seu caráter inerradicável – sujeitos plurais que apresentam na cena pública os mais diversos interesses, disputando entre si o lugar de privilégio, tentando construir uma hegemonia, como apontado por Mouffe – como também vital para o próprio revigoramento da política, pois é pelas divergências que se verifica a igualdade ao questionar as ordens hegemônicas; é pelo confronto que os sujeitos outrora relegados ao limbo da exclusão se inserem no debate e reivindicam o reconhecimento, como no caso 2. É pelo conflito, portanto, e não pela sua supressão, que se dá a condição primeira da política. No entanto, é preciso admitir que o cenário geral não se apresenta tão otimista, e aponta para certa conformidade com as hegemonias colocadas, de maneira que os agricultores buscam atender as exigências do mercado.

Problematizar o CMDRS, desse modo, permitiu observar que a neutralidade e racionalidade almejadas pelo viés deliberativo nem sempre são capazes de cumprir o caráter democrático de inclusão, ao contrário, denunciam os limites, e até mesmo os riscos, de se buscar o consenso, pois tal pode também significar homogeneização – e supressão – das múltiplas identidades dos sujeitos, seus recortes da realidade e suas demandas específicas.

É válido dizer, ainda, que este estudo não se propôs a encontrar soluções para as lacunas de uma democracia deliberativa presente no contexto de discussão, mas que, ao reconhecer a importância de circunscrever o conflito, a disputa e o dissenso na cena política através de práticas discursivas, oferece alternativas de reavaliação dos limites e possibilidades do projeto político democrático.

10. Referências bibliográficas

BOHMAN, J. *Public Deliberation: Pluralism, Complexity and Democracy*. Cambridge. MIT Press, 1996.

ENGEL, Antke. *REVIEW Debate rather than Dialogue*. Chantal Mouffe 2005. *On the Political*. Abingdon and New York: Routledge.

FREITAS, A. *O Sensível Partilhado: Estética e política em Jacques Rancière*. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 44, p. 215-220, 2006. Editora UFPR

GLYNOS, J. HOWARTH, David. NORVAL, Aletta. *Discourse Analysis: Varieties and Methods*. Ewen Speed Centre for Theoretical Studies in the Humanities and Social Sciences. University of Essex. August 2009. National Centre for Research and Methods.

HOWARD, David. STAVRAKANIS, Yannis. *Discourse Theory And Political Analysis*. Edited by David R. Howarth; Aletta J. Norval & Yannis Stavrakakis: Manchester; Manchester University Press, 2000. (1-37 p.)

JORGENSEN, Marianne. PHILLIPS, Louise. *Discourse Analysis as Theory and Method*. SAGE Publications Ltd, 6 Bonhill Street. London, 2002.

JUNIOR, O. **O fortalecimento da democracia deliberativa por meio dos conselhos gestores**: o caso do Conselho Municipal de Educação do município de Poços de Caldas. 2009. Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96132/tde-06052009-175604/>>. Acesso em: 2016-06-19.

LACLAU, E., & MOUFFE, C. *Hegemony and Socialist Strategy* (2nd ed.). London: Verso. 2001.

MOUFFE, Chantal. POR UM MODELO AGONÍSTICO DE DEMOCRACIA. *Revista de Sociologia e Política*, Nº25: 11-23. NOV. 2005.

_____. Democracia, Cidadania e a questão do pluralismo. *Política & Sociedade*, Nº03: 11-26. Outubro de 2003.

_____. *The Democratic Paradox*. Verso 2005.

MENDONÇA, Daniel de. A NOÇÃO DE ANTAGONISMO NA CIÊNCIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA DA TEORIA DO DISCURSO. *Revista Sociologia & Política*, Nº20: 135-145. JUN. 2003.

MARQUES, Ângela. Comunicação, estética e política: a partilha do sensível promovida pelo dissenso, pela resistência e pela comunidade. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 22, p. 25-39, dez. 2011.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. *Três bases estéticas e comunicacionais da política: cenas de dissenso, criação do comum e modos de resistência*. In: **Revista Contracampo**, v. 26, n. 1, ed. abril, ano 2013. Niterói: Contracampo, 2012. Págs: 126 – 145.

RANCIÈRE, J. O Dissenso. In: *A crise da Razão*. Org. Adauto Novaes – São Paulo: Companhia das Letras: Brasília, DF: Ministério da Cultura: Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte, 1996. Págs: 367 – 382.

SANTOS, A. *Potencialidades e Fragilidade Democráticas da Participação em Espaços Formais: Um Estudo da Política Pública de Mecanização Agrícola no CMDRS de Viçosa*. Monografia, UFV, 2014.

YOUNG, Iris. *Inclusion and Democracy*. Oxford, Oxford University Press, 2000.

ANEXO I

Universidade Federal de Viçosa
Departamento de Economia Rural

Projeto de Extensão Comunicação e Democracia Deliberativa: fortalecimento cívico e aprimoramento da participação de comunidades rurais na política pública de desenvolvimento rural sustentável de Viçosa/MG

Formulário para registro das reuniões do CMDRS / Conselheiros

Local:	Data:
Comunidade:	Observador:

EIXO 1: PRESENÇA

1.1) A “comunidade” está presente? () Sim () Não

1.2) Quem é o representante? () Conselheiro () Suplente () Representante informal

EIXO 2: AVALIAÇÃO DO COMPORTAMENTO DO CONSELHEIRO DURANTE A REUNIÃO

2.1) Pontualidade () Sim () Não

CONCEITO	muito ruim		ruim			regular			bom		muito bom
2.2) Concentração	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
2.3) item excluído.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
2.4) Inte(g)ração com os demais conselheiros	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

OBS:

EIXO 3: AVALIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO CONSELHEIRO DURANTE O DEBATE:

3.1) Posicionamento crítico () Sim () Não

3.2) Se sim, o posicionamento crítico foi:

() tematizado publicamente () tematizado restritamente

OBS:

3.3) Quais foram as colocações do conselheiro?

3.4) As propostas dos conselheiros trazem questões de interesse:

Da comunidade em geral Particular Não se pronunciou

3.5) As propostas foram acatadas pelos participantes da reunião?

Sim Não Em partes

Quais (aceitas/rejeitadas)? Por quê? Por quem?

EIXO 4: OBSERVAÇÕES SOBRE A ATA

4.1) No caso de ausência do conselheiro, houve registro em ata? Sim Não

OBS:

DEMAIS OBSERVAÇÕES

Universidade Federal de Viçosa
Departamento de Economia Rural

Projeto de Extensão Comunicação e Democracia Deliberativa: fortalecimento cívico e aprimoramento da participação de comunidades rurais na política pública de desenvolvimento rural sustentável de Viçosa/MG

Formulário para registro das reuniões do CMDRS / Instituições

EIXO 1: PRESENÇA INSTITUCIONAL	
1.1) Número total Instituições presentes:	
1.2) Instituições	1.3) Representantes
() Secretaria Municipal de Agricultura	() <u>Titular:</u>
	() <u>Suplente:</u>
() Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	() <u>Titular:</u>
	() <u>Suplente:</u>
() Secretaria Municipal de Educação	() <u>Titular:</u>
	() <u>Suplente:</u>
() Secretaria Municipal de Saúde	() <u>Titular:</u>
	() <u>Suplente:</u>
() Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	() <u>Titular:</u>
	() <u>Suplente:</u>
() EPAMIG / CTZM	() <u>Titular:</u>
	() <u>Suplente:</u>
() IMA	() <u>Titular:</u>
	() <u>Suplente:</u>
() EMATER-MG	() <u>Titular:</u>
	() <u>Suplente:</u>
() UFV	() <u>Titular:</u>
	() <u>Suplente:</u>
() Legislativo Municipal	() <u>Titular:</u>
	() <u>Suplente:</u>
() IEF	() <u>Titular:</u>
	() <u>Suplente:</u>

EIXO 2: PARTICIPAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DURANTE O DEBATE

1.1) Qual(is) representante(s) institucional(is) se manifestou(aram):

1.2) Colocações do(s) representante(s) institucional(is):

1.3) As colocações do(s) representante(s) foram de interesse:

das comunidades em geral da Instituição particular

OBS: